



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um **ROBERTO FERREIRA DIAS**, brasileiro, tecnólogo em logística, titular do CPA-PR nº 03-200948, CPF 086.758.087-98, residente e domiciliado na Rua Manuel Padilha de Lima, nº 43, Sobrado nº 3, Bairro Ahu, no Município de Curitiba, Estado do Paraná compareceu perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371/2021 e 1372/2021, com vistas a prestar depoimento na condição de testemunha, na forma do art. 2º da Lei nº 1.579/195.

O depoente, nos termos de registros taquigráficos anexos e das gravações da reunião, firmou termo de compromisso de dizer e de não calar a verdade, na forma do art. 203 do Código de Processo Penal.

O regimento interno do Senado Federal, no seu artigo 148, indica que a CPI "terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais", e garante aos investigados e testemunhas a intimação e inquirição "de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal". A prisão em CPI, portanto, segue um rito similar ao de qualquer outra investigação criminal.

Para a prisão na CPI precisa haver um crime durante a sessão. "De fato, para dar voz de prisão, tem de haver flagrante delito". A partir disso, "a Polícia Legislativa lavra o auto, e mantém a guarda do 'preso' até que a Polícia Federal assuma a guarda, o que deve ocorrer em seguida à comunicação".

Essa troca implica em todo o procedimento comum: exames de corpo de delito, comunicação ao juiz – que seria um magistrado da vara criminal da Justiça Federal em casos de pessoas sem foro privilegiado, que pode relaxar a prisão ou mantê-la, audiência de custódia, encaminhamento a uma unidade de detenção. "Mas sem flagrante, não há prisão".

Ao longo de seu depoimento, foram verificadas diversas contradições nas informações prestadas pela testemunha compromissada. Malgrado



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

as diversas oportunidades para retratação conferidas pelos membros que lhe fizeram indagações, o depoente optou conscientemente por não se retratar a respeito de qualquer termo de seu depoimento.

Dentre as inúmeras contradições verificadas, depreendidas das notas taquigráficas anexas, destacam-se as seguintes:

- O depoente informa que não sabe que tentaram exonerá-lo.
- O depoente não explica quem viabilizou sua permanência no cargo, após sucessivas trocas de ministros.

A esse respeito, é de conhecimento público as notícias de que houve tentativas de exoneração do depoente, inclusive por Pazuello, e que este não se concretizava por pedidos de políticos. Evidente, pois, a falta com a verdade sobre esse tema.

Para além disso,

- O depoimento não teria marcado com Blanco e Domingueti. Afirma que não sabe como Blanco saberia que ele estaria lá. Não demorou mais do que uma hora e meia.
- O Luiz Domiguetti afirma que o jantar foi marcado para tratar de vacinas; mensagens no celular do denunciante mostram que ele falava sobre o depoente antes do jantar e demonstra conhecimento.
- Mensagens divulgadas pela FSP mostram conversas entre Dias e Cristiano (Davati) semanas antes do jantar.
- A reunião no Ministério da Saúde foi marcada para o dia seguinte ao jantar.
- Declarou que nunca ocorreu o pedido de propina relatado por Domingueti.
- Desconhece a participação de outros militares envolvidos na, supostamente, falsa denúncia.
- A exoneração do depoente ocorreu logo depois de tornada pública a denúncia de pedido de propina por Luiz Domingueti.
- Apesar de tentar se manter distante de Coronel Blanco, admite que se relacionavam e que “soube” que depois de deixar o ministério, o coronel estava atuando em negócios farmacêuticos.



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

- O depoente declarou que não conhece, nem teria acesso ao Presidente da República.

- O depoente declarou que não teve relações com Amilton Gomes de Paula, mas que o encontrou oficialmente quando recebeu a informação de que Amilton teria acesso a 100 milhões de vacinas. Mas, Amilton não possuía representação oficial do fabricante de vacinas.

Mensagens obtidas do celular de Domingueti apontam que o depoente teria, sim, acesso e influência, no MS e no Planalto. E, ainda, relações diretas com Blanco, Cristiano e Domingueti.

Mensagens obtidas do celular de Domingueti indicam, ainda, que Amilton teria acesso ao Presidente da República, aos altos escalões do MS e a fabricantes de vacinas. E, também, à Diretoria de Logística, ocupada pelo Depoente.

O depoimento colhido de Luis Ricardo Miranda, devidamente compromissado, deixa claro que houve pressão do Depoente para apressar a contratação da vacina Covaxin..

Contradições, lacunas, imprecisões e perguntas sem respostas marcam o depoimento do ex-diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias. Nome ligado ao deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), Roberto foi acusado pelo policial Luiz Paulo Domingueti de pedir propina de US\$ 1 por dose de vacina Astrazeneca. O ex-diretor nega as acusações.

Roberto não soube explicar, exemplo, como negociava a compra de 400 milhões de doses da vacina Astrazeneca, por meio empresa Davati Medical Supply, e não tinha tratativas sobre os imunizantes, como o da Pfizer.

Em um dos pontos do depoimento, Dias contrariou versão apresentada pela pasta para a sua exoneração, que ocorreu após o caso ser divulgado pela imprensa, no fim do mês passado. O Ministério da Saúde exonerou Dias no dia seguinte à divulgação do caso, mas, em nota, a pasta informou que demissão ocorreu antes de a denúncia se tornar pública. Na CPI, Roberto disse que a exoneração se deu exclusivamente por causa das denúncias. "Minha exoneração se deve a esse fato esdrúxulo e inexistente de um dólar", afirmou.



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

Apesar de admitir uma reunião com Domingueti, Roberto afirmou na CPI da Covid não participava das negociações de vacinas, o que aponta nova contradição. Isso porque há registros de mensagens e e-mails dele com representantes da empresa Davati Medical Supply

"Ao Departamento de Logística, cabe a operacionalização do processo. Eu não digo o quê, nem quanto, nem como, nem onde. E é essa segregação de função que mantém a segurança jurídica dentro do Ministério da Saúde na parte de aquisição", disse Dias sobre a função do departamento.

O ex-diretor da Saúde disse que apenas cobrou de representante da Davati provas de que a empresa era credenciada pela AstraZeneca.

"Não faço triagem de proposta de que interessa ao governo. Mas na qualidade de subordinado do secretário-executivo, não posso passar ao meu chefe uma proposta sem pé nem cabeça", declarou Dias.

Ao ser indagado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o servidor Roberto Dias informou que, na gestão Luiz Henrique Mandetta, ele tinha autonomia para escolher seus subordinados na Diretoria de Logística do ministério. Mas a situação mudou a partir da chegada de Eduardo Pazuello para o comando da pasta.

Segundo Dias, a exoneração e nomeação de servidores passaram a vir diretamente da Secretaria-executiva ou do próprio ministro, inclusive dos coordenadores Marcelo Costa e Alex Lial, ambos militares.

Randolfe chegou à conclusão de que houve "clara intervenção" na diretoria. Para o senador, agora a CPI tem que investigar por que e a interesse de quem mais.

Quanto aos preços de vacina, o Sr. Roberto Dias afirmou também que não caberia ao seu departamento da pasta o levantamento de preço de vacinas contra a covid-19. O governo de Jair Bolsonaro fechou contrato para a compra da vacina indiana Covaxin por um preço 50% mais alto do que o valor inicial da oferta, de US\$ 10 por dose. Ferreira Dias destacou que a verificação de valores cabia à Secretaria Executiva da pasta, então comandada por Elcio Franco.



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

Renan Calheiros (MDB-AL) destacou a revelação de um despacho do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT), do Ministério da Saúde. No documento, o departamento advertiu sobre a necessidade legal de realização de estimativa de preços, e sugeriu ao Departamento de Logística que avaliasse a possibilidade de realizar negociação com o fornecedor. O DLOG, porém, não seguiu essa orientação, o que foi destacado no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

"Existe uma premissa equivocada, está sendo atribuído como verdade absoluta despacho do Departamento de Imunização", respondeu Ferreira Dias. "No caso de vacinas Covid-9, preço já teria sido aferido pela secretaria executiva, Departamento de Logística não participa de nenhuma negociação, execução", continuou o ex-diretor do ministério, que ainda disse não ter informações sobre o motivo do valor da Covaxin ter aumentado 50%.

"Essa pergunta faz todo sentido, mas deve ser feita a quem negociou as vacinas", disse Ferreira Dias, citando novamente a Secretaria Executiva. Como mostrou o Estadão/Broadcast, Elcio Franco ordenou que fossem concentradas nele todas as tratativas para negociações de imunizantes contra a covid-19 um mês antes da assinatura do contrato para a compra da vacina indiana Covaxin. Em 29 de janeiro, o número 2 da gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello enviou ofício a 16 secretarias e diretorias do ministério, dando ciência sobre a concentração das ações.

Conversas com a Davati

- Roberto Dias disse que, antes do jantar com Luiz Paulo Domingueti no dia 25 de fevereiro, já havia conversado com Cristiano Carvalho, outro representante da Davati Medical Supply, sobre a oferta de vacinas.
- O ex-diretor do Delog afirmou, no entanto, que, até então, Cristiano não falava em nome da Davati. Ele se dizia representante da Latin Air Supply.



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

- O depoente afirmou que só tomou conhecimento sobre a Davati no jantar em que encontrou Domingueti, quando foi informado que ele trabalhava com Cristiano.
- Segundo Dias, a oferta de 400 milhões de doses de imunizantes da AstraZeneca foi feita pela primeira vez por Cristiano, por meio do ex-assessor do Delog Coronel Marcelo Blanco.

Jantar com Domingueti

- Roberto Dias afirmou que, em 25 de fevereiro, foi tomar um chope após o expediente com o amigo Ricardo Santana, no restaurante Vasto, em um shopping de Brasília.
- Ele disse que, enquanto bebia com o colega, encontrou, por acaso, Coronel Marcelo Blanco, acompanhado de Luiz Paulo Domingueti.
- Depois de muita insistência dos senadores, Dias admitiu que “havia comentado” com Blanco que estaria no restaurante. A fala contraria a versão de Domingueti, que disse à CPI que chegou ao local sozinho e que os três já estavam lá.
- Dias afirmou que essa foi a primeira vez em que conversou Domingueti. No entanto, um áudio obtido por O Antagonista mostra que, no dia 23 de fevereiro, Domingueti já falava em encontrar Dias no dia do jantar.
- Dias negou que tenha negociado a compra dos imunizantes oferecidos pela Davati e que tenha pedido propina. O ex-diretor do Delog afirmou que, no encontro, apenas pediu que Domingueti entrasse em contato com sua assessoria para agendar uma reunião. O objetivo, segundo Dias, era que Domingueti apresentasse um documento que comprovasse que ele era representante da AstraZeneca.
- No depoimento, o ex-diretor do Delog chamou Domingueti de “picareta”.

Reunião no Ministério da Saúde

- Roberto Dias disse que a reunião foi marcada para o dia seguinte ao do jantar, 26 de fevereiro, às 15h, no Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

- Contrariando o que afirmou Domingueti, o ex-diretor do Delog negou que tenha negociado imunizantes na ocasião.

Elcio Franco

- Roberto Dias disse que não era o responsável por negociar imunizantes, apesar das conversas que tinha com representantes de empresas. Segundo ele, essa era uma atribuição da Secretaria Executiva da pasta, comandada por Elcio Franco.
- Apesar disso, não soube explicar por que as ofertas de vacinas não foram endereçadas a seu superior.
- O ex-diretor do Delog negou que seu departamento fosse responsável por checar valores de imunizantes. A informação contradisse o depoimento de Elcio à CPI no mês passado, que afirmou que o departamento de Dias fazia levantamentos de preços de vacinas.
- O senador Renan Calheiros propôs uma acareação entre os dois ex-servidores para colocar em xeque as contradições.

Exoneração

- Roberto Dias disse desconhecer que, em 2020, foi alvo de um pedido de demissão movido pelo então ministro, Eduardo Pazuello. Como mostramos, a exoneração foi vetada por Jair Bolsonaro.

Ricardo Barros

- Roberto Dias admitiu que já esteve, pelo menos, uma vez na casa do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros. O deputado foi um dos responsáveis por indicar o ex-servidor para o Departamento de Logística do Ministério da Saúde.
- Dias justificou o encontro dizendo que tem contato com muitos políticos do Paraná, onde começou sua carreira.
- Apesar disso, negou que Barros exerça qualquer influência sobre suas nomeações para cargos no Ministério da Saúde.

Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito inequivocamente cabe a decretação de prisão em flagrante pelo crime próprio de falso testemunho de que trata a Lei nº 1.579/1952, em linha com o que estabelece o art. 794 do Código de Processo Penal, aplicável de maneira



SENADO FEDERAL
CPI da Pandemia

subsidiária aos trabalhos das comissões parlamentar de inquérito, na forma regimental.

Diante do exposto, tendo em vista a condição de testemunha compromissada, as contradições acima expostas, para além das demais verificáveis ao longo das notas taquigráficas anexas, ausente qualquer retratação do depoente, nos termos do **art. 4º, II, da Lei 1579/1952, c/c Art. 52, XIII, da Constituição Federal**, cumulado com o **art. 226 do Regimento Administrativo do Senado Federal**, decreto a de prisão em flagrante de **ROBERTO FERREIRA DIAS**, pelo crime próprio de falso testemunho de que trata a Lei 1.579/1952, e requisito à Polícia do Senado Federal que tome as providências cabíveis para a lavratura desta ocorrência.

Juntam-se, em anexo, as notas taquigráficas da reunião da CPIPANDEMIA realizada na presente data.

Em Brasília, 7 de julho de 2021

Senador OMAR AZIZ
Presidente da CPIPANDEMIA